



Ata da Reunião do Conselho Municipal de Educação de Mauá - CME Mauá

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se os membros do CME (segue lista de presença abaixo) para socialização, apreciação e discussão do documento “Plano de Ação das Políticas de Educação Integral”. O Secretário Adjunto de Educação Maurício Leme iniciou a reunião trazendo a diferenciação entre educação integral e escola de tempo integral. Continuou discorrendo sobre o documento, disse que o município de Mauá fez a adesão ao programa que prevê repasse de recursos de acordo com o número de matrículas estabelecidas para o mesmo. Disse ainda que a parcela do recurso foi depositada em dezembro de 2023. O conselheiro Luiz questionou sobre o município já ter recebido a primeira parcela do programa e Maurício explicou que, para que tenhamos acesso à segunda parcela, faz-se necessária a elaboração do Plano de Ação. Explicitou que o documento dispõe sobre o Plano de Ação “Educação de Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Mauá”, com enfoque especial no atendimento das crianças de 0 a 3 anos da Educação Infantil. O Plano é resultado da experiência acumulada na rede, da observação empírica e conhecimento científico, fruto do trabalho coletivo dos profissionais da educação, equipes gestoras e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, bem como do processo de escuta e diálogo com conselhos educacionais e comunidade. O conselheiro Rodrigo trouxe a questão da municipalização das escolas (Ensino Fundamental). Maurício explicou que a municipalização envolve custo por estudante, alimentação, tempo de permanência na escola etc.. Disse, ainda, que a lógica da gestão é, pois, estabelecer meios para que haja acompanhamento do trabalho com as crianças. O documento foi apresentado no formato PDF, na TV Interativa Touch às conselheiras e conselheiros. O texto do Plano de Ação discorre sobre os pressupostos legais, a Educação em Tempo Integral na Educação Infantil - Creche; os dados da realidade do município e os princípios da Secretaria da Educação. No capítulo “Investimentos na Educação em Mauá”, Maurício informou que o artigo 212 da Constituição Federal de 1988, estabelece que os municípios devem aplicar, no mínimo, 25% das suas receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. O município de Mauá aplica mais de 29% da receita em Educação. Durante o exercício de 2023, foram realizadas outras despesas das quais não compõem as despesas computadas nos 25% - art. 212 CF, como exemplo: uniformes, merenda escolar, kits escolares, contratos de parcerias e outros, custeados com recurso federal e tesouro geral. Maurício continuou discorrendo e afirmou que o município cresceu de forma irregular, há demandas em diferentes políticas públicas sociais e de infraestrutura e mesmo o município investindo acima do limite constitucional, ainda há muitos desafios a serem superados na política educacional. Diante da necessidade de ampliar o atendimento em tempo integral, o município depende de convênio com os



entes federados. Socializou, também, sobre o objetivo da Lei 14.640 de 31 de julho de 2023, que institui a Escola em Tempo Integral que é o de garantir o acesso às crianças à Educação Infantil – creche em tempo integral, respeitando a diversidade e as particularidades de cada criança e família, promovendo o desenvolvimento integral das crianças, contemplando as dimensões cognitivas, sociais, emocionais, físicas e culturais e, estabelecer uma educação de qualidade, pautada na participação democrática, na inovação pedagógica e na valorização da diversidade. Os objetivos específicos do programa constam no Plano de Ação das Políticas de Educação Integral”. O documento conta com o tópico “Estrutura de Gestão da Política de Educação Integral”. A conselheira Geraldina ponderou sobre a importância da construção do Currículo da Educação Infantil e as concepções de Educação que defendemos e a questão do uso do livro didático para a Educação Infantil. O conselheiro Luiz considerou que “não dá para ficar fazendo a vontade do governo”. O conselheiro Rodrigo comentou que Mauá já faz o atendimento para o período integral; a ideia é continuar ampliando e crescendo nesses atendimentos. Maurício afirmou que, por meio da ressignificação curricular, defendemos, num processo inverso, trabalhar a partir da realidade dos estudantes. A conselheira Michelly ressalta que os professores precisam de “muita” formação. A convidada Roseli contou que na gestão do Prefeito Oswaldo Dias, a rede construiu um currículo bem elaborado, mas demorou para compreendê-lo. Contou sobre seu projeto com crianças de cinco anos na EM Samir Auada sobre a “Era das Pedras”. Disse, ainda, que foi um projeto maravilhoso e que os trabalhos foram publicados em revistas. Michelly disse que percebe várias defasagens apresentadas pelos estudantes quando chegam no Ensino Fundamental. Luiz considerou dois pontos na proposta curricular apresentada no documento: disseminar o conhecimento acumulado ou partir do conhecimento da criança conectando-o ao conhecimento acumulado. Maurício ressalta a importância do protagonismo da criança, dos professores e de todos os profissionais da Educação. Disse, também, que por meio de uma abordagem democrática, inovadora e ousada, este plano reflete a busca pela qualidade na educação, reconhecendo a importância essencial dos primeiros anos de vida na formação integral das crianças, que respeite sua individualidade, estimule sua curiosidade e promova seu pleno desenvolvimento. A conselheira Alda disse que o currículo progressista tira o profissional da Educação da “zona de conforto”. O professor precisa pensar: O que quero? Como vou fazer? O professor precisa observar e escutar atentamente. As conselheiras e conselheiros elogiaram o documento apresentado e houve unanimidade na aprovação do mesmo. Nada mais havendo a ser tratado assinam os presentes na lista abaixo. Justificaram ausência: Anderson, Maria Cristina, Maurício Zanelli, Ana Paula, Erika e Raquel.